

# X ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

## CONTRADIÇÕES E PERCALÇOS NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO SEMIÁRIDO CEARENSE: o caso do Parque Nacional de Ubajara (CE)<sup>1</sup>

Benedito Francisco Moreira Lourenço<sup>2</sup>

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isorlanda Caracristi<sup>3</sup>

**Palavras-Chave:** Conservação, Natureza, Semiárido.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a uma análise reflexiva da política pública de meio ambiente no Brasil e apresentar subsídios, conhecimentos e análise das divergências e contradições geradas com a criação da unidade de conservação (UC) de proteção integral do Parque Nacional de Ubajara (Parna), o primeiro parque brasileiro na região semiárida.

A prática de delimitação do território para conservação procede desde o final do século XIX em países como os Estados Unidos da América (EUA). De fato, essa concepção foi disseminada no Brasil a partir de 1934. No entanto, a política de conservação no Brasil se efetiva nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

“A consolidação e uma legislação única que englobasse os principais aspectos de criação, implementação, manutenção, gestão e fiscalização de áreas protegidas só viria a ocorrer no ano 2000” [...] “O aparato legal criado não pôs fim, por sua vez, aos conflitos de gestão e manejo das áreas, os quais emergem como herança de contradições não esgotadas quando da criação do sistema”. (PECCATIELLO, p. 72, 2011).

Ainda assim, observamos que a legislação ambiental se efetiva a partir da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981, no meio a algumas contradições, com o Brasil sob o regime militar e os anos 60/70 surgem mobilizações de cunho ambientalista, luta pela democracia e direitos, levando a uma discussão nacional sobre as UC's, desde o processo de criação, passando pela elaboração e execução do plano de gestão e manejo à efetiva implantação das mesmas.

Nos dias atuais, essa discussão ainda é pertinente, pois nas UC's, como a do Parque Nacional de Ubajara, a gestão, fiscalização e implantação dos planos de manejo ocorrem de forma precária, fragmentada, com grandes conflitos e pressão socioeconômica na área de entorno ao Parque, fato que justifica a necessidade de reflexão crítica a respeito das causas e consequências dessas problemáticas citadas, tanto para a UC como para as comunidades locais que residem em seu entorno.

---

Texto elaborado

1 Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. Sobral – CE [benelourenco@yahoo.com.br](mailto:benelourenco@yahoo.com.br)

2 Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> dos cursos de Graduação e Mestrado em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), orientadora, [icaracristi@hotmail.com](mailto:icaracristi@hotmail.com).

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS GERAIS

Os procedimentos para elaboração do presente trabalho incluem levantamento bibliográfico, coleta de dados secundários, relato das ações do Projeto Sertão Vivo: Saber e Trabalho, executado pela Organização Não Governamental (Ong) “Fundação Centro de Ecologia e Integração Social – Fundação CIS”, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e entrevistas. Além disso, os resultados alcançados com público beneficiários atendidos correspondem à população local envolvida no processo de gestão do Parque Nacional de Ubajara.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES INICIAIS

### 3.1. Localização da Área de Estudo

A área de estudo diz respeito à zona de amortecimento do Parque Nacional de Ubajara, compreendendo a latitude 3° 46' e longitude 40° 54' e inserida na depressão sertaneja, periférica ocidental. Localiza-se mais precisamente na porção noroeste do Estado do Ceará, envolvendo o alto curso da bacia hidrográfica do Rio Coreaú e os municípios de Ibiapina, Ubajara, Frecheirinha e Tianguá. Fica distante a 320 km da capital do Estado, Fortaleza.

### O Contexto Histórico das Unidades de Conservação no Brasil

Pode-se afirmar que a política ambiental voltada à conservação evoluiu a partir de 1930, quando Getúlio Vargas, para dar início aos processos de regulamentação para apropriação dos recursos naturais voltada à instalação da industrialização, começava a se consolidar no Brasil. (PECCATIELLO, 2011)

Conforme citado anteriormente, a política de conservação no Brasil se efetiva ainda no século XX, com a instalação de várias reservas de proteção ambiental, sendo criado o Parque Nacional Ubajara (1959), Sete Cidades (1961), Serra da Capivara (1979), uma referência aos três importantes parques na região Nordeste, no bioma Caatinga.

Teóricos como Caio Prado (1907-1990), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) observaram que o modo de produção do Brasil baseado nas monoculturas - de cana-de-açúcar (litoral), de café (Mata Atlântica), do algodão (Caatinga) e do ouro e diamantes no Centro Sul - foram modelo de produção, baseado na expropriação e devastação dos recursos naturais.

Para Diegues (1996), o Brasil, desde a colonização, estabeleceu a imagem de um paraíso perdido e que suas riquezas podiam ser exploradas, a exemplo do que ocorreu com o pau-brasil, havendo na época a publicação da Carta Régia, de 13 de março de 1797, que advertia ser necessário tomar cuidados com as matas do Brasil. Neste contexto, o autor relata que José Bonifácio, no século XIX, teve atitude idêntica a partir de textos escritos e relatos com preocupação sobre o nível de destruição das matas no Brasil império.

### 3.2. Criação e Contextualização do Parna Ubajara

Do ponto de vista histórico, o Parna Ubajara foi criado pelo decreto *Nº 45.954 de 30/04/1954*, durante o governo de Juscelino Kubitschek. A regulamentação ocorre vinte anos depois no governo militar de João Baptista Figueiredo, mediante o Decreto Nº 84. 017, de 21 de setembro de 1979. O primeiro plano de manejo foi publicado em 1981, na gestão do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Dentre os problemas enfrentados pelo Parna Ubajara está a expansão urbana de Ubajara (sede) com acentuada especulação imobiliária, com instalação de muitos loteamentos, visto que a cidade de Ubajara apresenta condições ambientais de clima ameno, beleza cênica do parque, tornando a região propícia à instalação de casa de veraneio, hotéis e pousadas. Essa realidade tem fragilizado o monitoramento e o controle ambiental, uma vez que a legislação não atribui responsabilidade ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na área urbana. Ademais, o perímetro urbano é de total competência do município que poderá exercer atribuições na gestão, monitoramento e controle ambiental de forma colegiada com o órgão ambiental do Estado.

### **3.3. Conflitos e Percalços do Parna Ubajara**

O programa de conservação e/ou recuperação de recursos naturais foram tradicionalmente no Brasil concebido por meio de uma visão centrada em medidas intervencionistas de Estado, o que reflete o poder exógeno, sem a participação dos atendidos e atingidos, as comunidades locais.

Para criação de uma unidade de conservação, são necessários estudos técnicos-científicos a serem submetidos ao ICMBio ou ao órgão estadual e municipal de meio ambiente. Assim, a definição de quem serão afetadas pelas restrições dos recursos naturais com uma área protegida não ocorrem com a participação das comunidades atingidas. A União Internacional de Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature- UICN*) recomenda que haja a participação da população local, inclusive na definição da categoria mais adequada a ser protegida.

### **3.4. Efeitos Mitigadores**

Fortalecendo a relação de parceria com o ICMBio através da chefia do Parna Ubajara em 2011, a Fundação CIS mobilizou um projeto de captação de recursos financeiros para o desenvolvimento do “Projeto Sertão Vivo Saber e Trabalho na Caatinga” na área de amortecimento da referida Unidade de Conservação

“enfrenta uma pressão pelo avançado do processo de degradação da caatinga, com perda da cobertura florestal provocada pelo modelo agropecuário oriundo da coivara e do extrativismo irracional, de minério (pedra de calcário) para produção de cal para construção civil, argila para produção de telha e tijolo e a queima da madeira na forma de lenha como energia e produção de carvão. Referido modelo de exploração têm comprometido a flora e a fauna de nossa região ameaçada de extinção, com alguma dessas áreas já encontra - se em processo de desertificação através das técnicas de conservação de solo, água e vegetação, tendo o homem como ponto focal”<sup>4</sup>.

O referido Projeto desenvolveu suas ações a partir de 2013 para 45 famílias selecionadas, com atividades educativas, econômicas sustentáveis e ecologicamente apropriadas como plano de manejo florestal comunitário, construção de forno para produção de carvão,

técnicas de conservação hidroambiental com barragem sucessiva, terraço e reflorestamento de mata ciliar dos riachos afluentes notáveis que integra o Rio Coreaú.

“O fato do Parque Nacional de Ubajara (PNU) ser uma Unidade de Proteção Integral, o que legalmente não permite a presença de população no seu interior, e também limita o uso dos recursos naturais do seu entorno, causa conflitos e impactos sobre o modo de vida tradicional ainda existente na área (ARAÚJO, 2004: 16).”

Entre os resultados do Projeto, após 03 anos de intensas atividades, destacam-se:

- Criação da Cooperativa Agroextrativista familiar da Ibiapaba e Norte Cearense – COOAF, formada por 23 associados dos municípios de Ibiapina, Frecheirinha, Tianguá;
- Instalação do plano de manejo comunitário florestal para 13 agricultores familiares beneficiados diretos, com 600 hectares, localizado nos municípios de Ibiapina/Mucambo para que os agricultores possam ter condições de produzir gerar renda e trabalho;
- Desenvolvimento de 07 sistemas integrados de produção agroecológica para viabilizar a produção familiar em pequenas áreas, com uso racional de insumos de forma a garantir segurança alimentar e nutricional. Além disso, os referidos sistemas são suportes para a difusão de tecnologia e acompanhamento técnico aos agricultores familiares;
- Instalação de uma unidade de didática de conservação de solo, com aplicação de técnicas hidroambiental, para difusão de conhecimento na região.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O parque Nacional de Ubajara já possui 56 anos como unidade de conservação de proteção integral, que naturalmente potencializou conflitos pela necessidade de desenvolver uma política de preservação e conservação sem que houvesse um diálogo com a população para identificação dos favoráveis à importância da conservação.

Nesta perspectiva, muitos desafios envolvem os parques nacionais, em especial as unidades de conservação, principalmente na regularização dos espaços legalmente existentes e “maior articulação entre o Poder Público e a Sociedade Civil para possibilitar uma atuação eficaz e garantir a proteção destes recursos naturais, bem como o cumprimento da função ecológica e social destas áreas” (Vitas, 2012). Após o desenvolvimento das demais etapas da pesquisa, serão apresentados dados quantitativos e informações produzidas a partir das entrevistas e trabalhos de campo.

---

<sup>4</sup> Documento Projeto Executivo elaborado pela Fundação CIS para seleção do Projeto de captação –Edital 01/2011-Fundo de Mudanças Climáticas, Ministério do Meio Ambiente- MMA.

## 5. AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à Coordenação do Mestrado Acadêmico em Geografia da UVA, Prof<sup>a</sup> orientadora Dr<sup>a</sup> Isorlanda Caracristi e ao CNPq pela concessão de bolsa, que assegura a viabilidade e desempenho de presente pesquisa.

## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. T. **O entorno do Parque Nacional de Ubajara - CE: Caracterização socioambiental do distrito de Araticum.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA, UFC Fortaleza, 2004.

CUNHA, B. B.; ARAÚJO, R. C. P. **Avaliação das Pressões e Ameaças Ambientais sobre o Parque Nacional de Ubajara-Ceará: Uma perspectiva da Efetividade de Gestão.** *REDE - Revista Eletrônica do ProdeMA, Fortaleza, 2014.*

CAVALCANTE, D. E. **As dinâmicas sociais existentes na zona de influência do Parque Nacional de Ubajara (1959 – 2002)**

DIEGUES, A.C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

FERREIRA, L. C. **Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa.** Unicamp, 2005

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas Públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do sistema nacional de unidades de conservação (2000)**

SILVEIRA, L. G.; CHAVES, V. N.; OLIVEIRA, I. S. R. O. ; CABRAL, N. R. A. J. **Análise de efetividade de manejo do Parque Nacional de Ubajara, Ceará – Brasil.** 2002.

GONÇALVES, N. M.; MORAIS, J. L. **Percepção ambiental sobre unidades de conservação: os conflitos em torno do parque estadual de Itapetinga – SP** Revista Vitas–visões transdisciplinares sobre ambiente e sociedade, UFF, 2012.

[www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br) - acesso 07/09/2015. Decreto 45.954; decreto 8.4017.

Parque Nacional de Ubajara – Plano de manejo - Encarte 4

Parque Nacional de Ubajara – Plano de Manejo – Encarte 5.